

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 1.668, DE 2003

Cria o Cadastro Nacional de Veículos Sinistrados Irrecuperáveis e dá outras providências.

Autor: Deputado JOSÉ RAJÃO

Relator: Deputado MAURO LOPES

I - RELATÓRIO

O projeto em exame, de autoria do ilustre Deputado José Rajão, cria, no âmbito do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, o Cadastro Nacional de Veículos Sinistrados Irrecuperáveis (CNVSI), que deverá conter todos os dados de identificação dos veículos licenciados no País, que foram sinistrados e considerados irrecuperáveis por laudo técnico de perda total. Também prevê que os Departamentos de Trânsito dos Estados e Distrito Federal – DETRANs – deverão constituir cadastros semelhantes, integrados ao CNVSI.

A proposta estabelece, ainda, a obrigação das seguradoras notificarem aos DETRANs, de imediato, sobre os veículos por ela segurados e que tenham sofrido sinistro, sendo considerados irrecuperáveis, cabendo esta obrigação, no caso de veículos não segurados, à autoridade policial responsável pela fiscalização. Por fim, prevê que a transferência de veículos usados só deve ser realizada após a apresentação, pelo vendedor, de certidão atestando que o veículo não foi sinistrado e considerado irrecuperável.

Em sua justificação, o ilustre autor argumenta que a medida visa inibir uma ação ilegal, na qual são utilizadas partes de veículos sinistrados irrecuperáveis para legalizar outros veículos roubados. Também afirma que já

existe legislação prevendo a baixa no Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM, de veículos que tenham sido considerados como “perda total” – Resolução CONTRAN nº 11, de 1998 – embora, na prática, revele que esse procedimento não está ocorrendo.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão de Viação e Transportes manifestar-se sobre matéria referente a legislação de trânsito e tráfego, no tocante a seu mérito.

A proposta de se criar um cadastro nacional de veículos sinistrados irrecuperáveis, com o intuito de criar barreiras ao golpe da legalização de veículos roubados, por meio da utilização de peças do veículo sinistrado, é uma tradução legítima dos anseios da população, que espera por medidas passíveis de combate a ação de verdadeiras quadrilhas organizadas, além de promover o aumento da segurança do patrimônio público e privado.

Apesar de concordarmos plenamente com a urgência da adoção de medidas nesse sentido, faz-se necessário expor algumas questões de natureza técnica e prática que nos levam a não recomendar essa forma de atuação para combater o problema.

Como o próprio autor do projeto expôs em sua justificação, já existe todo um arcabouço legal que prevê a baixa de veículos sinistrados, inclusive estabelecendo as obrigações das seguradoras, composto pelos artigos 126 e 127 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, e a Resolução CONTRAN nº 11, de 23 de janeiro de 1998, que estabelece critérios para a baixa de registro de veículos. Em adição a essas normas, há também o Código Penal, que tipifica os crimes e prevê as penalidades correspondentes para os falsificadores e afins.

Como se vê, não é por falta de legislação sobre o tema que vem ocorrendo a “legalização” de veículos roubados e, sim, por uma deficiência da ação fiscalizadora, muitas vezes incapaz diante de quadrilhas muito bem organizadas e, provavelmente, com ramificações em diversos setores da sociedade. A questão já pode e deve estar sendo enfrentada por meio de investigação das autoridades constituídas, sejam policiais ou o próprio Ministério Público, que já possuem ferramentas legais para isso.

Outro ponto que devemos lembrar, refere-se à criação de um novo cadastro nacional, funcionando de forma paralela ao RENAVAM. A criação e interligação de todos os DETRANs a esse novo cadastro geraria custos consideráveis, sem trazer nenhum benefício adicional, visto que todos os dados dos veículos, inclusive a sua baixa, podem e devem ser incluídos e consultados via RENAVAM.

Notamos, ainda, uma inadequação da proposta no que concerne à iniciativa, o que seria suficiente, em nosso entender, para desqualificar o mérito. Esse aspecto, no entanto, deverá ser examinado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Por todo o exposto, em que pese a louvável intenção do nobre Autor da proposta, e por entendermos que a causa do problema não é a falta de normas legais e sim a deficiência na fiscalização, somos pela rejeição, quanto ao mérito, do Projeto de Lei nº 1.668, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado MAURO LOPES
Relator